

QUESTÕES DE DIREITO BANCÁRIO NA RECENTE JURISPRUDÊNCIA DO TJSC

Des. João José Ramos Schaefer
1º Vice-Presidente do TJSC

Sumário

— Notas sobre a especialização das Câmaras — As questões mais discutidas — O arrendamento mercantil e a cobrança do VRG — A vinculação dos contratos ao dólar — Permanência do bem em poder do devedor acionado judicialmente — Contrato de abertura de crédito rotativo e crédito fixo — A demonstração do débito nos contratos de crédito fixo — Possibilidade de emenda da inicial da execução — Aplicação aos contratos bancários do CDC — Controvertido o entendimento na 3ª Câmara Civil em relação à aplicação do CDC a contratos anteriores à sua vigência — Admissibilidade do depósito por consignação na revisional — Comissão de permanência — Inacumulabilidade com a correção monetária — A capitalização de juros — A taxa de juros. Auto-aplicabilidade ou não do art. 192, § 3º, da CF — Inscrição do devedor no cadastro do Serasa e afins — A TR como fator de correção monetária — A cláusula de mandato — A prisão civil — Outras questões também relevantes.

Notas sobre a especialização das Câmaras

A especialização das Câmaras Cíveis no Tribunal de Justiça de Santa Catarina era uma aspiração antiga, até mesmo como fórmula de atenuar,

pela redução do espectro de temas a cargo de cada Câmara, a notória insuficiência do número de membros do Tribunal diante do crescimento vertiginoso dos recursos aportados ao órgão.

No ano 2000, elevado de 27 para 30 o total de Desembargadores do Tribunal, foi possível instituir a especialização, transformando as 4 (quatro) Câmaras Cíveis então existentes, cada uma com 4 (quatro) integrantes e competência ampla em todas as matérias não criminais, em 6 (seis) Câmaras, com 3 (três) membros cada qual, sendo 2 (duas) de Direito Civil, 2 (duas) de Direito Comercial e 2 (duas) de Direito Público.

Os julgamentos — a especialização começou na verdade em janeiro de 2001 — tornaram-se mais céleres, porque não havia em cada sessão de julgamento a multiplicidade de temas que ocorria anteriormente, de Direito Administrativo, Civil (Família, Posse, Propriedade, Coisas, Sucessões) e Comercial (execuções de contratos, de cambiais, falências, sociedades etc.) e questões processuais relacionadas àqueles três ramos do Direito, mas competência definida de cada grupo de duas Câmaras, em temas ou de Direito Civil, de Direito Comercial ou de Direito Público em geral.

Tendo presidido a 4ª Câmara Civil por cerca de 10 anos, decidi, após 18 meses dela afastado pelo exercício das funções de 1º Vice-Presidente, “revisitá-la” e a sua coirmã, 3ª Câmara Civil, para atualizar-me, no conjunto da obra que realizam, sobre como vêm decidindo as questões de Direito Comercial — agora sua especialidade — que lhes são submetidas.

Não se trata de uma incursão profunda, abrangente de toda a gama de decisões que as duas Câmaras têm proferido, mas da tomada de flagrantes, a partir de cinco ou seis publicações de seus acórdãos no Diário da Justiça, sobre algumas das questões mais frequentes na pauta de seus julgamentos.

As questões mais discutidas

Levantamentos que precederam à instituição da especialização das Câmaras evidenciaram que cerca de 35% dos recursos envolviam no pólo ativo ou passivo uma instituição financeira.

Começo, pois, pelo exame da jurisprudência das duas Câmaras em torno dos contratos bancários.

O arrendamento mercantil e a cobrança do VRG

As discussões em torno do *arrendamento mercantil* têm provocado inúmeros recursos, estando pacificado o entendimento, a partir do julgado do Min. Ruy Rosado de Aguiar, do STJ, no REsp n. 178.272/RS, de que a cobrança antecipada do chamado valor residual garantido (VRG) desfigura o contrato, “que passa a ser uma compra e venda a prazo (art. 5º, c, c/c o art. 11, § 1º, da Lei n. 6.099/74, alterada pela Lei n. 7.132/83)...”.

Estão nessa linha, entre outros, acórdãos da lavra dos Des. Pedro Manoel Abreu (AI n. 2000.015772-4, DJ de 25/6/01, pág. 34) e Cláudio Barreto Dutra (Ap. Cív. n. 2000.010353-5, DJ de 2/7/01, pág. 25) e voto vencido do Des. Silveira Lenzi (Ap. Cív. n. 2001.004711-0).

Diverge na 3ª Câmara Civil, quanto ao reconhecimento *de ofício* da desfiguração do contrato de arrendamento em tais condições, o Des. Cláudio Barreto Dutra, cuidando que não se trata de matéria de ordem pública (Ap. Cív. n. 2000.010353-5), votando o Des. Silveira Lenzi, contudo, pela admissão, de ofício, do exame dessa matéria, conforme voto manifestado na aludida apelação, no que foi acompanhado pelo Des. Sérgio Paladino, sendo essa também a posição da 4ª Câmara Civil.

A vinculação dos contratos ao dólar

A vinculação das prestações dos contratos de arrendamento mercantil ao dólar tem suscitado inúmeras controvérsias.

A posição das duas Câmaras parece firmada em que tal correção deva ser feita pelo *indexador oficial do País, o INPC*. Nesse sentido o julgamento do AI n. 2000.012636-5, de Chapecó, rel. o Des. Trindade dos Santos (DJ de 25/6/01, pág. 33), ao fundamento de que “a alta abrupta do dólar americano não se inseria nesse contexto de previsibilidade”, tendo havido uma “elevação a níveis inesperados da cotação da moeda americana”, a justificar a substituição do indexador pactuado pelo INPC.

Assim também o sustentou o Des. Pedro Manoel Abreu no AI n. 2000.010709-3, entendendo que “se a discrepância entre as condições existentes quando da contratação e a situação no momento da execução for grande o suficiente para romper o equilíbrio contratual, quebrada estará a base do negócio jurídico, a justificar a adequação do contrato à nova realidade”.

Foi essa orientação adotada também na Apelação Cível n. 2000.006977-9, Des. Maria do Rocio Luz Santa Ritta, ao entendimento de que a alta significativa do dólar em relação ao real importou em onerosidade excessiva, autorizando a revisão do contrato conforme o art. 6º do CDC.

Na mesma linha, acórdão da 3ª Câmara Civil, rel. o Des. Silveira Lenzi, deferindo o depósito incidente pelo INPC “tendo em vista que a repentina desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano, decorrente da drástica mudança da política cambial”, onerou excessivamente as contraprestações pactuadas em dólar.

No AI n. 2000.010709-3, o Des. Pedro Manoel Abreu, contudo, teve por válida a cláusula se feita prova pelo arrendante “da captação de recursos no exterior; da utilização destes para a aquisição do bem arrendado; e da não-quitação do débito junto ao credor estrangeiro”.

Registre-se que o STJ, recentemente, como noticiado pela Folha de São Paulo, de 3/8/01, anulou decisão que mandara corrigir prestações de contrato de *leasing* pelo dólar, determinando que as prestações sejam corrigidas pelo INPC.

Não consta já tenha sido publicado o acórdão.

Permanência do bem em poder do devedor acionado judicialmente

Têm decidido as duas Câmaras que, se o objeto do contrato de arrendamento mercantil é essencial ao desenvolvimento da atividade profissional do arrendatário, pode o bem dado em arrendamento permanecer em seu poder até decisão final do litígio (AI n. 2000.025037-6, rel. Des. Silveira Lenzi, DJ de 25/6/01, pág. 47).

Se a empresa, entretanto, possui vários outros bens e o objeto do arrendamento não se mostra imprescindível ao exercício da atividade do devedor, defere-se a apreensão (AI n. 97.006718-6, Des. Cláudio Barreto Dutra).

Contrato de abertura de crédito rotativo e crédito fixo

Pacificado nas duas Câmaras o entendimento de que *os contratos de abertura de crédito rotativo*, mesmo acompanhados de demonstrativos da movimentação da conta, *não constituem títulos executivos extrajudiciais*, conforme, de resto, a Súmula 14 do Tribunal, rel. o Des. Nilton

Macedo Machado, vai tornando-se iterativa a orientação de que os *contratos de abertura de crédito fixo*, ao contrário, são títulos executivos extrajudiciais (CPC, art. 585, II), porque neles não há “a simples disponibilização de um limite em favor do correntista, mas sim, na verdade, a liberação imediata de um valor certo e determinado” (Ap. Cív. n. 2000.005727-4, rel. o Des. Trindade dos Santos, DJ 25/6/01, pág. 43).

No mesmo sentido o acórdão na Ap. Cív. n. 1999.021063-4, rel. o Des. Sérgio Paladino (DJ 2/7/01, pág. 24).

A demonstração do débito nos contratos de crédito fixo

A execução desses contratos, de crédito fixo, não dispensa, todavia, a apresentação do *demonstrativo do débito*, que acórdão da lavra do Des. Pedro Manoel Abreu na Ap. Cív. n. 1999.019541-4 considerou suficiente, se a memória respectiva estiver “discriminada e atualizada”, com “demonstração do período de tempo, base de cálculo dos encargos e respectivos percentuais incidentes”.

Possibilidade de emenda da inicial da execução

Acórdãos da lavra do Des. Sérgio Paladino (Ap. Cív. ns. 2000.13134-2 e 2000.017614-1), da 3ª Câmara Civil, contra o voto do Des. Cláudio Barreto Dutra, anulou processo a partir da inicial, a fim de que o magistrado abra ao exequente oportunidade para emenda da inicial, nos termos do art. 616 do CPC, para correção do demonstrativo do débito, invocando o relator lição de J. J. Calmon de Passos, “Inovações no Código de Processo Civil”, 1995, págs. 136/7 e o REsp n. 156.116, Min. Waldemar Zveiter.

Aplicação aos contratos bancários do CDC

Aos contratos bancários são aplicáveis as normas do Código de Defesa do Consumidor, porque “de ordem pública e de interesse social”, conforme decidido na Ap. Cív. n. 1999.009986-0, rel. o Des. Nelson Schaefer Martins, sendo-lhes aplicáveis as disposições do CDC quanto à redução (de ofício) da multa contratual para o percentual de 2%, conforme a Lei n. 9.298/96, alterando parcialmente a Lei n. 8.078/90 — foi tam-

bém o que assentou o aludido acórdão, da lavra do Des. Schaefer Martins.

Análogo o entendimento do Des. Trindade dos Santos (Ap. Cív. n. 1998.004129-5, DJ 25/6/01, pág. 38), “ainda que se trate de contrato firmado antes da vigência da lei alteradora do percentual de 10%, não havendo que se cogitar, nem sequer, da existência de direito adquirido...”, por estar-se diante de “norma econômica de ordem pública”.

Controvertido o entendimento na 3ª Câmara Civil em relação à aplicação do CDC a contratos anteriores à sua vigência

Da orientação pela redução da multa a 2% em qualquer hipótese, partilha o Des. Silveira Lenzi, na 3ª Câmara Civil, consoante, entre outros, acórdãos das Ap. Cív. ns. 1997.005962-0, DJ de 30/10/00, e 1999.011239-0, DJ de 4/12/00, mas a matéria ali não é pacífica, uma vez que na Ap. Cív. n. 1998.007301-4, rel. o Des. Sérgio Paladino, sustentou-se que “aos contratos bancários celebrados antes do advento da Lei n. 9.298/96” não se pode aplicar a redução da multa contratual de 2%.

Admissibilidade do depósito por consignação na revisional

Nas ações de revisão de contratos, inclusive bancários, “admite-se o depósito por consignação incidente”, *dispensando-se* “o procedimento especial da ação de consignação em pagamento”. E mais: “Pelo julgamento do principal se definirá a sorte e a eficácia da consignação”.

Foi o que assentou a 4ª Câmara Civil no AI n. 2000.004870-4, rel. o Des. Pedro Manoel Abreu.

Comissão de permanência

Sua cobrança, às taxas de mercado, é controvertida.

Acórdão da lavra do Des. Sérgio Paladino da 3ª Câmara (Ap. Cív. n. 2001.000097-6) tem como legal sua cobrança, se devidamente pactuada.

Já na 4ª Câmara, ao entendimento de que “as taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações (...) não poderão ser superiores a doze por cento ao ano”, decidiu-se que “A submissão do débito a índice de comissão de permanência tem cristalino caráter potestativo ...”, ficando o contraente “inteiramente a mercê dos órgãos que atuam exclusivamente no interesse das instituições financeiras” (Ap.

Cív. n. 1997.010949-0, Des. Pedro Manoel Abreu, DJ de 25/6/01, pág. 36).

A comissão de permanência à taxa de mercado tem sido condenada pela 4ª Câmara Civil (Ap. Cív.n. 1998.016989-5, Des. Trindade dos Santos e Ap. Cív. n. 1999.021407-9, Des. Nelson Schaefer Martins, entre outros julgados).

Inacumulabilidade com a correção monetária

Tem-se assentado que a comissão de permanência é inacumulável com a correção monetária, nos termos, aliás, da Súmula 30 do STJ (4ª Câmara, Ap. Cív. n. 1997.015021-0, Des. Pedro Manoel Abreu, e n. 1998.016989-5, Des. Trindade dos Santos, e 3ª Câmara, Ap. Cív. ns. 1999.012337-5 e 1999.011239-0, Des. Silveira Lenzi).

A capitalização de juros

A capitalização de juros tem sido admitida nas operações regidas pelas leis especiais por cédulas de crédito rural, comercial e industrial — Decretos-Leis ns. 167/67 e 413/69 e Lei n. 6.840/80 —, mas respeitada a periodicidade semestral.

Adotaram esse entendimento, entre outros, na 3ª Câmara Civil, os Des. Silveira Lenzi (Ap. Cív. ns. 1997.005962-0, DJ de 30/10/00 e 1999.012337-5) e Sérgio Paladino (Ap. Cív. n. 1997.013135-6, DJ de 2/7/01) e na 4ª Câmara o Des. Pedro Manoel Abreu (Ap. Cív. n. 1998.014097-8, DJ de 19/2/01).

A capitalização de juros, contudo, não é admitida nos contratos bancários comuns, na forma da Súmula 121 do STF, prevalecendo a proibição do Decreto n. 22.626/33, art. 4º, como decidido na Ap. Cív. n. 1998.010806-3, Des. Sérgio Paladino.

A taxa de juros

Auto-aplicabilidade ou não do art. 192, § 3º, da CF

Em relação aos juros compensatórios, não há uniformidade de entendimento.

Nos Embargos Infringentes n. 2000.001424-9, julgados no Segundo Grupo de Câmaras, o Des. Alcides Aguiar sustentou que o limite de

juros previsto no texto constitucional (§ 3º do art. 192), organizado “num parágrafo, com normatividade autônoma, sem referir-se a qualquer previsão legal ulterior, detém eficácia plena e aplicabilidade imediata” (José Afonso da Silva, Curso de Direito Constitucional Positivo), invocando, a seguir, o acórdão do Des. Trindade dos Santos nos EI n. 1999.020788-9.

Na Quarta Câmara, é pacífico o entendimento no sentido de que os juros devem ser cobrados à taxa máxima anual de 12%, conforme o art. 192, § 3º, da Constituição Federal.

Para o Des. Pedro Manoel Abreu, “As taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, não poderão ser superiores a doze por cento ao ano; a cobrança acima deste limite será conceituada como crime de usura, punido, em todas as suas modalidades, nos termos que a lei determinar”, conforme o acórdão nas Ap. Cív. ns. 1997.015021-0 e 1999.019541-4.

Por igual o Des. Trindade dos Santos, consoante o aresto na Ap. Cív. n. 1998.016989-5, quando definiu que:

“O art. 192, § 3º, da Magna Carta de 1988, ao limitar em 12% a taxa anual máxima dos juros compensatórios revela não uma norma simplesmente programática ou de eficácia condicionada à edição de qualquer lei regulamentadora. Ao contrário, é ela de incidência imediata, definindo uma situação efetivável de pronto, tornando automaticamente inválida qualquer obrigação contratualmente assumida em desacordo com o enunciado constitucional”.

Essa orientação o Des. Trindade dos Santos já adotara no então Segundo Grupo de Câmaras, nos EI n. 2000.001423-0, quando destacou que “A legislação complementar, quando editada, acresça-se, não poderá, pena de franca inconstitucionalidade, autorizar a cobrança de qualquer remuneração outra, ligada direta ou indiretamente à concessão do crédito, com essa remuneração atendo-se, com exclusividade, aos juros reais, que, insista-se, terá que se ater à taxa máxima prevista no refalado preceito constitucional”.

Esse também o entendimento sufragado pelo Des. Solon d’Eça Neves (EI n. 2000.001430-3) e pelo Des. Nelson Schaefer Martins, na Ap. Cív. n. 1999.021407-9, DJ de 22/1/01.

A questão não é pacífica, contudo, na Terceira Câmara Civil, que, pela maioria de seus membros, Des. Cláudio Barreto Dutra (Ap. Cív. ns. 1997.014177-7 e 1998.003538-4) e Des. Sérgio Paladino (Ap. Cív. n. 1997.010290-9) têm a norma do art. 192, § 3º, da Constituição Federal como não auto-aplicável, conforme pacífica e reiterada jurisprudência do

egrégio Supremo Tribunal Federal, enquanto o Des. Silveira Lenzi sustenta a auto-aplicabilidade daquele preceito, afirmando que “o dispositivo (...) não for extirpado do texto constitucional, deve prevalecer o limite de juros estabelecido”.

Inscrição do devedor no cadastro do Serasa e afins

A inscrição no cadastro dos chamados órgãos de proteção ao crédito não tem sido admitida de modo geral, se o débito está em discussão judicial, conforme, entre outros, os acórdãos dos AI n. 1999.009375-1, Des. Pedro Manoel Abreu; AI n. 2001.002925-7, Des. Trindade dos Santos; ambos da Quarta Câmara Civil e AI ns. 2000.025302-2 e 2000.014064-3, Silveira Lenzi; e AI n. 2000.012265-3, Des. Sérgio Paladino: “A discussão judicial do débito impossibilita a inscrição do nome da devedora nos cadastros das entidades de proteção ao crédito”.

No mesmo sentido, Ap. Cív. n. 1999.015605-2, Des. Nelson Schaefer Martins, e Ap. Cív. n. 1998.007266-2, Des. Sérgio Baasch Luz (DJ 9/7/01).

No AI n. 2000.012266-1, relator o Des. Silveira Lenzi, foi transcrito acórdão da lavra do Min. Aldir Passarinho, pela legitimidade do procedimento da inscrição do inadimplente, “por autorizado na legislação pertinente”, tendo-se por cabível, contudo, a tutela antecipada para evitar a inscrição, quando haja discussão judicial do débito, sob pena de frustrar, ao menos em parte, o direito de fundo discutido, “pela imediata perda da credibilidade do mutuário na praça em que atua”.

Cabível tal inscrição, outrossim, uma vez transitada em julgado decisão contrária ao mutuário (AI n. 2001.004462-5, Des. Silveira Lenzi, DJ 9/7/01).

A TR como fator de correção monetária

A TR, se pactuada, foi admitida como fator de correção (Ap. Cív. n. 1998.002679-2, Des. Cláudio Barreto Dutra; Ap. Cív. n. 1997.010290-9, Des. Sérgio Paladino na Terceira Câmara Civil).

De tal entendimento tem discordado a Quarta Câmara, consoante acórdãos relatados pelos Des. Pedro Manoel Abreu (Ap. Cív. n. 1999.017191-4), Trindade dos Santos (Ap. Cív. n. 2000.018624-4), Nelson Schaefer Martins (Ap. Cív. n. 1997.0011877-5) e Sérgio Baasch Luz

(Ap. Cív. n. 1998.002828-0), tendo prevalecido esse entendimento no Grupo de Câmaras de Direito Comercial, conforme EI n. 2001.002056-0, rel. o Des. Pedro Manoel Abreu, vencidos os Des. Cláudio Barreto Dutra e Sérgio Paladino.

A cláusula de mandato

A cláusula de mandato tem sido repelida como nula, conforme, entre outros, os acórdãos na Ap. Cív. n. 1998.006234-9, Des. Pedro Manoel Abreu; Ap. Cív. n. 1997.014579-9, Des. Silveira Lenzi, e Ap. Cív. n. 1997.009986-0, Des. Nelson Schaefer Martins.

A prisão civil

Inclina-se a maioria dos integrantes das duas Câmaras pela inadmissão da prisão civil ante a falta de restituição do bem dado em alienação fiduciária, ou o seu equivalente em dinheiro.

A diversidade de hipóteses em que o tema é suscitado exigiria, na verdade, uma abordagem específica, não seu exame sumário ao longo destas notas.

As decisões pelo incabimento da prisão civil fundam-se no disposto no art. 5º, LXVII, da Constituição Federal e no Pacto de San José da Costa Rica, firmado pelo Brasil, que levaram o eminente Min. Marco Aurélio, do STF, a rejeitar peremptoriamente a prisão civil em caso de depósitos decorrentes de obrigações comerciais.

Neste Tribunal datam de alguns anos acórdãos em tal sentido.

Ainda recentemente a Quarta Câmara Civil enfrentou o tema.

Foi no AI n. 2000.020408-0 que o Des. Trindade dos Santos anotou:

“A prisão civil do depositário de bem alienado fiduciariamente vem sendo expungida, dia após dia, decisão após decisão, do mundo jurídico pátrio, com os magistrados e Tribunais considerando-a inconstitucional, por nada mais expressar do que uma coerção imposta em favor das instituições financeiras nas cobranças de seus créditos. Entretanto, transitada em julgado a sentença que a determinou, o desfazimento da situação reclama a impetração, no momento próprio, de *habeas corpus*”.

Na Ap. Cív. n. 1997.015330-9, o Des. Pedro Manoel Abreu referiu que:

“Segundo corrente expressiva da jurisprudência, somente é admissível a prisão civil por dívida nas hipóteses de inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e de depositário infiel (CF, art. 5º, LXVII), não se comparando a este o devedor-fiduciário, pois o contrato de depósito disciplinado na lei civil (CC, arts. 1.265 a 1.267) não se equipara à regra do art. 1º do Decreto-Lei n. 911/69”.

E ainda:

“Ademais, o § 2º do art. 5º da Constituição Federal dispõe que os direitos e garantias nela expressos não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais de que o país seja parte. Assim, pelo Decreto Legislativo n. 226, de 12/12/1991, foi incorporado em nosso ordenamento constitucional o texto do pacto internacional sobre direitos civis e políticos, que em seu art. 11 veda taxativamente a prisão civil por descumprimento de obrigação contratual”.

A Terceira Câmara Civil, contudo, em acórdão da lavra do Des. Cláudio Barreto Dutra, no HC n. 2001.007354-4, entendeu, por maioria de votos, inaplicável o Pacto de San José da Costa Rica à prisão civil prevista no Decreto-Lei n. 911/69, fundando-se em precedentes do STF nos HC n. 72.131, Min. Nelson Jobim; HC n. 79.870, Min. Moreira Alves, e em julgados deste Tribunal no AI n. 1998.002686-5 (Des. Nilton Macedo Machado) e no HC n. 2000.024534-8, rel. o Des. Jaime Ramos.

Nesse precedente do Des. Jaime Ramos, consistente em julgado da Câmara de Férias, o Des. Nilton Macedo Machado votou pela denegação da ordem porque comprovada nos autos a existência de cláusula de depósito no ajuste entre as partes, tendo eu, Presidente da Câmara de Férias, votado pela concessão da ordem porque, a despeito de antiga e reiterada orientação, por maioria de votos do excelso Pretório, vai-se firmando no STJ o entendimento de que a prisão civil está reservada, agora, apenas às hipóteses de inadimplemento de obrigações alimentares.

Destaquei no voto vencido tópico de manifestação do eminente Min. Marco Aurélio do STF de que “o Brasil, ao subscrever o Pacto de San José da Costa Rica, situado no mesmo patamar da legislação ordinária, veio a derogar o Código Civil, o Código de Processo Civil e, com maior razão, o Decreto-Lei n. 911/69, alterado pelo art. 4º da Lei n. 6.017/74, no que disciplinavam matérias estranhas à prestação alimentícia”.

Outras questões também relevantes

São os acima alguns dos principais temas que afloram nos julgamentos das duas Câmaras, ou, excepcionalmente, da Câmara de Férias.

Inúmeros outros poderiam ser enfrentados, como a aplicabilidade do CDC a dívidas por cartões de crédito (AI n. 2000.022530-0, Des. Trindade); a impenhorabilidade, como bem de família, do imóvel residencial alugado, servindo a renda para a subsistência familiar (Ap. Cív. n. 2000.005715-0, Des. Cláudio; fundado no REsp n. 98.958, Min. Ruy Rosado de Aguiar); sobre a taxa de juros de 6% a.a. na monitória, (Ap. Cív. n. 1999.017826-9, Des. Lenzi, com precedente do Des. Trindade); *in incidência de multa contratual sobre juros moratórios* (Ap. Cív. n. 1999.004764-4, Des. Lenzi, com precedente do saudoso Des. Eder Graf); índices de correção das cadernetas de poupança iniciadas antes de janeiro de 89, de 42,72% (Ap. Cív. n. 1998.010316-9, Des. Pedro Manoel Abreu, com precedente no REsp n. 69.131, Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira); *legitimidade passiva do banco depositário para as ações relativas à atualização das cadernetas de poupança em face do Plano Verão* (MP n. 32/89, Lei n. 7.730/89, Ap. Cív. n. 1998.010316-9, Des. Pedro Manoel Abreu, fundado no REsp n. 241.694, Min. Aldir Passarinho Júnior), um mundo, a final, de questões vindas de todo o Estado.

Oxalá as notas aqui alinhadas possam contribuir para facilitar um pouco o estafante trabalho que, nessa e noutras matérias, desafia a capacidade laborativa, a argúcia e o senso de justiça dos dignos magistrados catarinenses.